

Dúvidas e dívidas

Gentil Martins Dias

DESDE o primeiro dia da nossa independência, começamos devendo a bancos internacionais, pois herdamos a dívida externa da Coroa Portuguesa. Dívida para com o exterior se constitui em elemento indissolúvel da nossa história econômica e parte essencial de todos os projetos de desenvolvimento levados a termo pelos diferentes governos brasileiros.

Não obstante a dívida externa nos acompanhar em todos os momentos da nossa história, persiste evidente falta de uma política com diretrizes, prioridades e limites de endividamento da mesma, e ressentimo-nos da ausência de especialistas e estudos — com raras exceções — sobre endividamento externo. Não fosse isso, certamente menor seria a celeuma e melhores as perspectivas de fazer frente à crise atual.

Existem tantos tipos de moratória, quantas moratórias internacionais foram acertadas. A rigor inexistente *stricto sensu* moratória unilateral, posto que virtualmente, sem que haja o consentimento do credor, não há como se estabelecer uma prorrogação dos prazos e conseqüente alteração nas condições de pagamento. De uma forma ou de outra, consentidamente ou mesmo forçada pelas circunstâncias, os credores têm sido compelidos a fixarem novos prazos e condições de pagamento. E são exatamente as condições em que se irão fixar esses novos prazos que se constituem questão básica da renegociação da nossa dívida externa.

Lenta e irreversivelmente, vai-se fixando a convicção de que, dentro do atual quadro econômico, o Brasil não tem como honrar os seus compromissos financeiros com o exterior. Não cabe aqui discutir-se as razões que nos levam a tal situação, sejam externas ou domésticas, essencial contudo é constatar que se trata de fenômeno generalizado que acometeu quase todos os países não desenvolvidos e particularmente aqueles em desenvolvimento na América Latina.

A forma como o segmento mais pobre da humanidade enfrentar esse desafio marcará o destino de todos nós e das gerações seguintes. A questão se torna então: vale a pena destruir o sistema financeiro em que atualmente se ordenam as relações econômicas entre os povos, através do não cumprimento das nossas obrigações financeiras internacionais? Quais então seriam as conseqüências do desmantelamento do ordenamento que estrutura as trocas internacionais? Que nações e instituições me-

lhor sobreviveriam a tal desastre? Que futuro aguardaria nossos filhos?

A unilateralidade na decisão de não pagar provocaria retaliações econômicas e políticas que, para serem enfrentadas, necessitariam de alterações no nosso quadro político, econômico e, possivelmente, em nossas instituições. A nação está disposta a tanto? Que novo ordenamento resultaria de tal crise? As projeções do futuro que resultaria estão todas marcadas com soluções extremas que tanto poderão guinar-se a um processo de esquerdização como de radicalização de direita, mas ambos radicais e certamente indesejáveis pela grande maioria do nosso povo.

Deveras, a atitude unilateral de cessar nossos pagamentos sem acordo com os credores resultaria sem dúvida na interrupção do fluxo de produtos e serviços essenciais a nossa economia provenientes do exterior, tais como petróleo, trigo, produtos farmacêuticos, peças de reposição, componentes industriais, etc. Ao mesmo tempo, bens, instalações e até depósitos bancários brasileiros no exterior poderiam ser retidos ou seqüestrados legalmente. Além das perdas materiais, a perda de reputação do país. Centenas de bolsistas brasileiros teriam que retornar do exterior, Deus sabe como, seus estudos e pesquisas seriam interrompidos, muitas das pesquisas que aqui se realizam seriam também interrompidas por falta de equipamentos, peças de reposição, reagentes, etc. Isolado da comunidade financeira e afastado dos grandes centros de produção científica e tecnológica, passaríamos por um período de regressão econômica e cultural impensável.

HÁ contudo os que imaginam que todos esses vexames e dificuldades seriam compensados pela diminuição ou mesmo eliminação da dependência externa. Aham até que, mesmo fazendo do Brasil uma imensa Albânia semicapitalista, ainda teríamos resguardado nossa soberania, nossa independência e acharíamos um novo caminho de crescimento sem as restrições e limites do modelo atual. Há aqueles que defendem uma moratória seletiva, de modo a resguardarmos as agências de crédito internacionais e multilaterais, cujos financiamentos são bem mais baratos e a prazos mais longos. Mera ilusão: ao cessarmos de cumprir nossos compromissos com a comunidade bancária privada, atingiremos os interesses das nações que controlam aquelas agências e ali também teríamos nossos créditos cortados.

Pouco se tem discutido sobre os efeitos internos de uma moratória unilateral e já é tempo de se contemplar tais conseqüências. Internamente, quem ganharia com a moratória unilateral, vistos seus efeitos sociais e econômicos? Na medida em que essa medida resultasse na ampliação das atuais dificuldades, tais como o aumento do desemprego, a diminuição da renda interna, o aumento da inflação, teria como conseqüência o aumento da insatisfação popular, a generalização dos saques a estabelecimentos comerciais, a dissolução da autoridade, o aumento da insegurança pública, o que tornaria inevitável a reação autoritária que tanto poderia eclodir preventivamente como após o agravamento da crise. A quem interessa a anarquia e a sua conseqüência automática e imediata, o autoritarismo? Certamente apenas a minorias radicais de esquerda e de direita, que vêem nesses momentos a possibilidade de implantarem seus projetos totalitários e estatizantes.

PARA a grande maioria da população brasileira, o que se deseja é manter e aperfeiçoar as instituições democráticas, é assegurar o progresso, o pleno emprego, o aumento da produção e do bem-estar de todos. Soluções políticas radicais resultam sempre em problemas radicais, como a perda da liberdade e a instauração de privilégios legitimados pela nova ordem e pela força.

Um exame desapassionado da questão da dívida externa ao longo de nossa história nos mostra que o Brasil sempre pagou seus compromissos financeiros com o exterior. Mesmo em épocas em que a dívida externa representava muito mais em termos relativos às nossas exportações e à produção nacional, jamais nossos antepassados deixaram de honrar os compromissos assumidos pela nação. Em 1889, quando nossa dívida foi renegociada pela primeira vez, pois que o Brasil se viu impossibilitado de cumprir os prazos das nossas obrigações externas, não obstante a renegociação feita conceder o prazo de até 1911 para o reinício dos nossos pagamentos, dois anos antes já retomávamos pagamentos aos nossos credores. Durante a década de 30, foram feitas diversas negociações com nossos credores que resultaram em acordos que possibilitaram adiar por diversas vezes o pagamento de nossas dívidas. Getúlio foi o primeiro e único a suspender unilateralmente a amortização dos nossos compromissos financeiros externos em 1937; outra renegociação teve lugar em 1940. Em 1946, após a guerra, reiniciamos a efetiva amorti-

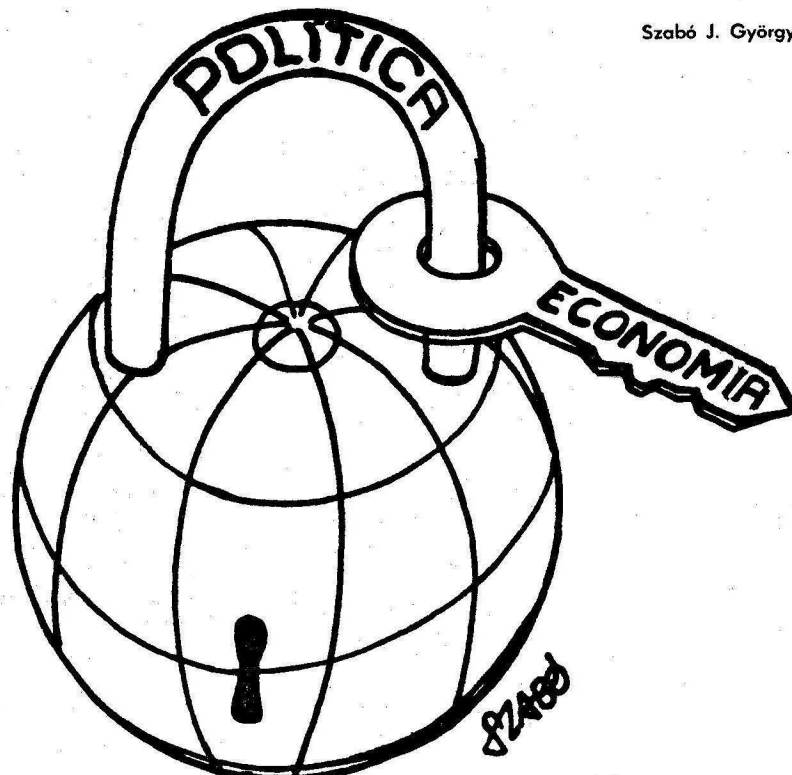
zação da dívida. Em todas essas ocasiões, por mais extremas que fossem, jamais recusamos honrar nossas obrigações externas.

Após uma fase de rápido crescimento econômico, na década passada, em parte financiado com recursos externos, contingências externas, acopladas com a ausência de uma firme disposição nacional de enfrentar a crise que já se anunciava desde 1973, entramos na grave contingência em que persiste, de um lado, a inexistência de uma sólida disposição política de enfrentar a crise que a essa altura nos envolveu inteiramen-

nós. É necessário, portanto, limitar-se a ação do Estado às justas e apenas essenciais necessidades da sociedade; em outras palavras, é preciso reduzir-se o escopo e o tamanho da burocracia pública, a principal fonte de realimentação da inflação e do desperdício.

Trabalhos recentemente apresentados no *Instituto de Estudos Contemporâneos da Califórnia*, após examinarem os processos mal sucedidos de desenvolvimento econômico em seis países ricos e outros pobres, demonstram que, não obstante conflitantes orientações ideoló-

Szabó J. György



te, e, de outro, na insistência de propostas de cunho populista-demagógicas que nos tentam a atalhos suicidas.

A solução do problema de nossa dívida há de ser encontrada através de um projeto de longo prazo, que contemple nossas reais possibilidades de pagamento e a retomada do nosso desenvolvimento. Para tanto necessário se faz renegociar com firme disposição e de modo global toda nossa dívida, junto às agências financeiras e os bancos internacionais. Para tanto é necessário que se demonstre claramente a todos nós a vontade e a capacidade de nossas elites dirigentes de erradicar as forças que realimentam a nossa dívida, ou seja, a inflação e a ineficiência administrativa, o desperdício e os privilégios. É preciso deixar claro que o Estado, com todos os seus componentes e serviços, foi estabelecido para servir à sociedade naquilo em que esta não tem como autonomamente suprir-se, jamais o oposto, onde o Estado vem expandindo-se sem controle e servindo-se de todos

gias dos responsáveis pelos estudos, o insucesso econômico está associado à intervenção estatal, seja através de planos, seja através de controle de preços, seja mesmo através de subsídios a setores ou atividades econômicas. O tamanho de cada desastre econômico tem sido sempre proporcional à dimensão da presença governamental. Estudos recentes do Banco Mundial reforçam idênticas conclusões, enquanto a América Latina e a África optaram pela presença do Estado e por controles que distorcem preços e implantam práticas protecionistas que inibem exportações, os países em desenvolvimento da Ásia (exceto os socialistas) seguiram políticas econômicas diametralmente opostas. Resultado: nos últimos 10 anos as exportações desses países cresceram duas vezes mais rapidamente que as da América Latina. Enquanto os latino-americanos tiveram quedas no PNB de 1981 e 1982, os asiáticos continuaram a crescer sem enfrentar as dificuldades de dívida da América Latina. Enquanto a dívida externa

da América Latina representa 250% das suas exportações (no nosso caso, já atingimos a cerca de 400%, na Ásia essa proporção atinge apenas 80%).

Feitos os ajustes internos, via o estabelecimento de um consenso firmado na credibilidade governamental, e de suas políticas, passaríamos à mesa de negociação com força moral e com os instrumentos de ação política e econômica para exigir maiores prazos e melhores condições de resarcimento de nossa dívida externa, sem jamais desonrar nossas obrigações.

NO segundo semestre a economia mundial começa a dar provas de uma ampla retomada de crescimento. Nos países industrializados, estimam-se níveis de crescimento de 3,5% ao ano em 1983. Na América e no Canadá esses níveis serão mais altos ainda. Depois de um período de estagnação e até declínio em 1982, o comércio internacional voltou a expandir-se a uma taxa anual de 5%. Este ano, ao mesmo tempo, os produtos primários, exclusive petróleo, experimentam um crescimento de 28%. Boa parte dos grandes devedores, como é o caso do México, já acertou de modo adequado a renegociação de sua dívida externa, que é proporcionalmente muito maior que a nossa. Resta-nos acertar nossa parte. Para tanto, as condições de economia internacional dificilmente podem ser melhores. Não resta dúvida que são necessárias mudanças fundamentais na estrutura das relações internacionais; estas têm sido ordenadas de modo a preservar e reforçar os interesses dos países ricos. Mas, como mudar tal quadro? Certamente não será vociferando como tem sido a tradição latino-americana. Para mudar é preciso ter força, um poder que derive da nossa competência e de nosso poderio econômico e não da pena que possamos inspirar aos outros, nem muito menos na chantagem do não pagamento, na esperança de que, em assim fazendo, levaremos os demais juntos no desastre. No mundo moderno, inexistente a possibilidade de execução das dívidas dos estados pela força, mas a inadimplência irresponsável nos levaria a perder aquilo que nos diferencia de outros pobres — a tradição de respeito às nossas obrigações e, conseqüentemente, nossa credibilidade, tão essencial no momento da retomada do crescimento.

Gentil Martins Dias é PhD em Sociologia pela Universidade de Sussex, ex-professor da Universidade de Cambridge e Decano da UnB.